



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

PSICOLOGIA E MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL: A NECESSIDADE DE PRODUZIR CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Autora: Mônica Renata Dantas Mendonça; Co-autora: Zaira de Andrade Lopes.

*(Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado – Centro de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: psimonicadantas@gmail.com)*

RESUMO

O presente estudo faz parte de uma pesquisa maior e visa realizar um levantamento quanti e qualitativo dos estudos sobre mulheres egressas do sistema prisional, considerando a perspectiva de gênero, na área da Psicologia. O levantamento deu-se por meio da biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e do banco de teses e dissertações (BDTD) do portal da USP, do período de 1994 a 2014, obtendo vinte (20) artigos, dos quais utilizamos sete (07). Dos documentos selecionados, 60,86% das(os) pesquisadoras(res) eram mulheres. As publicações visam retratar a realidade da mulher encarcerada, porém poucas se propõem a dar “voz” a esta mulher, e as publicações que se propõe, o faz com a mulher encarcerada e não com a mulher egressa (pós-cárcere), como pretendíamos encontrar. Foram analisados, ao todo, dez (10) estudos do portal SCIELO e dez (10) trabalhos no BDTD/USP, sendo que nesses utilizamos os resumos para a análise. Nos resumos dos estudos encontrados, identificamos que não existe clareza e objetivos no enunciado do objeto, método e referencial teórico, dificultando a análise. É expressiva a quantidade de artigos encontrados na área da Educação, Saúde e Sociologia, o que alerta a Psicologia a refletir sobre sua responsabilidade social e inserção nos estudos desta área tão crescente e real, mas infelizmente tão negligenciada.

Palavras-chave: Psicologia, direitos humanos, gênero, egressas do sistema prisional, escrita científica.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

INTRODUÇÃO

O presente estudo faz parte de uma pesquisa maior e visa realizar um levantamento quanti e qualitativo dos estudos sobre mulheres egressas do sistema prisional, considerando a perspectiva de gênero, na interface Psicologia e Direitos Humanos.

Considerando que a mídia tem cada vez mais divulgado a mulher cometendo ações delituosas, como consta na coluna Política & Cia “Mulheres Criminosas”, na revista Veja online, intitulado “Um espanto: em cinco anos, aumentou mais de 400% o número de crimes cometidos por mulheres” (SETTI, 2012, n.p.). Verificamos as estatísticas apresentadas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça (MONTENEGRO, 2013), que anuncia que entre 2000 a 2010, o percentual de criminalidade feminina dobrou.

Com a expansão dos programas *stricto sensu* e os avanços tecnológicos no campo da informática e da rede de internet, temos acesso às produções científicas que estão disponíveis nos bancos de dados de áreas diversas.

Nesse sentido, vimos a oportunidade e a urgente necessidade em verificar se a Psicologia tem voltado o seu olhar para essa demanda em constante crescimento, por meio dos estudos publicados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Costa (2011), define o pesquisador como um caçador do invisível, sendo aquele que sai em busca daquilo que não foi dito, daquilo que não está escrito, com o propósito de ampliar o seu campo de interpretação e de se aproximar cada vez mais do tema pesquisado (COSTA, 2011, p. 247).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A pesquisa ocorreu nos bancos de dados da biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) que possui artigos completos de revistas científicas brasileiras de diversas áreas e no banco de teses e dissertações (BDTD) do portal da USP, obtendo vinte (20) artigos, dos quais foram utilizados sete (07).

Em todos os bancos de dados pesquisados, os descritores utilizados para fazer as buscas foram os mesmos, ora em duplas, ora individualmente: gênero; sistema prisional; prisão; penitenciária; albergue; presas/ex-presas; detentas/ex-detentas; internas/ex-internas; reeducandas/ex-reeducandas; presidiárias/ex-presidiárias; mulheres; semiliberdade; regime aberto; regime semiaberto; livramento condicional. Na busca, utilizando três palavras-chave destas supramencionadas, não foi obtido nenhum registro.

Inicialmente as buscas foram realizadas a partir dos “títulos”, “assunto”, “resumo” e por causa dos poucos resultados que remetessem à pesquisa, generalizamos a busca para “todos”. O período para a busca inicialmente foi delimitado em dez (10) anos e por termos encontrado poucos escritos, aumentamos o período de busca para vinte (20) anos, ou seja, de 1994 a 2014.

ESTUDOS SOBRE AS MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Foram analisados vinte (20) produções científicas. Observa-se que destes vinte (20) documentos selecionados, a maioria das(os) pesquisadoras(res) que se propuseram a escrever sobre esta temática foram mulheres (60,86% - 13 escritos); homens e mulheres (26,09% - 05 escritos) e apenas (13,05% - 02 escritos) de homens, como podemos acompanhar no quadro abaixo:

Identificação das/os pesquisadoras/es	Porcentagem	Quantidades de escritos
--	--------------------	--------------------------------



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Mulheres	60,86%	13
Mulheres e Homens	26,09%	05
Homens	13,05%	02
Total	100%	20

No livro de Perrot (2006), ela salienta as mulheres da Idade Média, que conseguiam transpor os obstáculos que as impediam de ter acesso à escrita, como ocorria no final do século XIII. Os conventos favoreciam a leitura e a escrita, e as religiosas galhardamente passaram a copiar os manuscritos e se apropriarem do latim, antes proibido.

Se antes destas desbravadoras, as publicações existentes pertenciam em sua maioria a obras escritas exclusivamente por homens, podemos ratificar que em nosso levantamento, 60,86% foram escritos exclusivamente por mulheres. Nesse sentido, corrobora o que aponta Perrot sobre a vontade de mulheres, em sua maioria feministas, de constituir arquivos de mulheres, que no passado eram confinadas no silêncio “o feminismo sob todas as suas formas, laico ou cristão, foi um incentivo poderoso” (PERROT, 2006, p.32). Mais uma oportunidade para destacar essas mulheres que permanecem comprometidas em relatar sobre o contexto feminino em suas produções científicas, mas ainda temos muito a avançar.

Dos vinte (20) estudos localizados, as temáticas foram organizadas em onze (11) categorias, a saber: dinâmica e processos sociais do interior das prisões; o perfil da mulher encarcerada; direitos humanos violados; gênero; visita íntima/relações amorosas (sexualidade); significados/resiliência; relação de aprendizagem/escola; saúde/DST's; legislações e recortes históricos; dar “voz” aos discursos das mulheres presas e reincidência; das quais evidenciaremos as mais frequentes juntamente com os estudos encontrados.

DINÂMICAS E PROCESSOS SOCIAIS DO INTERIOR DAS PRISÕES



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Localizamos no site do SCIELO, o artigo – resenha *book review*, de Chies (2005) que, a partir da obra pioneira sobre os ambientes carcerários, principalmente por se tratar da mulher presa, denominado “Cemitérios dos Vivos”, de Julita Lemgruber, remete a reflexões acerca das dinâmicas e processos sociais que se viabilizam no interior de um sistema absorvente e de privações. A pesquisa teórica e de campo que Chies (2005) se refere, ocorreu entre 1976 e 1978, no Rio de Janeiro/RJ, no Instituto Penal Talavera Bruce, com o intuito maior de diminuir o sofrimento humano e abolir as penas privativas de liberdade.

O artigo de Guedes (2006), encontrado no SCIELO, busca investigar a população carcerária feminina, para contribuir para a produção de conhecimento. A pesquisa foi realizada de agosto de 2004 a julho de 2005, numa delegacia de Belo Horizonte/MG, por meio do plantão psicológico e acolheu a demanda espontânea de sessenta e sete (67) mulheres, de dezoito (18) a quarenta e dois (42) anos, com penas que variam de um (01) a trinta e seis (36) meses; dos temas abordados pelas mulheres aprisionadas que a autora salienta são “o cotidiano prisional, a maternidade/relações familiares, as vivências amorosas internas/externas e as relações de gênero”.

No banco de teses e dissertações (BDTD) do portal da USP, o autor Braunstein (2007), em sua dissertação de Mestrado, propõe um estudo do encarceramento de mulheres da Penitenciária Feminina do Butantã, no Estado de São Paulo, na busca de identificar variáveis individuais e coletivas em relação às mulheres encarceradas e descrevendo assim a práxis de uma unidade prisional feminina de regimes fechado e semiaberto, entre 2001 e 2002. Neste sentido, destacamos que esta publicação, foi a única que citou a mulher em regime semiaberto.

GÊNERO, DIREITOS HUMANOS VIOLADOS E SAÚDE/DST's

Giordani (2002), a autora em seu artigo de periódico – nacional, na BDTD/USP, fundamenta que a mulher sofre violências diversas (maus tratos físicos e morais, extorsão, abuso e assédio sexual, e com isso está exposta à infecção pelo HIV- AIDS e DST's) nos



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

espaços públicos e privados, inclusive em instituições prisionais. Investigaram a percepção sobre a violência a que estiveram submetidas, considerando as cicatrizes físicas provocadas por agressões. Conforme Giordani (2002), foram pesquisadas cinco (05) detentas, em duas (02) cadeias públicas femininas, do interior paulista; o método utilizado foi a pesquisa-ação, humanista e qualitativa, atendendo à ética e com rigor científico. As gravações foram transcritas e as fotos das cicatrizes analisadas. Os resultados revelaram que todas tinham cicatrizes corporais traumáticas, resultantes de violência física (arma de fogo e/ou arma branca) e foram produzidas dentro e fora do cárcere, por agressores conhecidos e desconhecidos, envolvendo brigas e ciúmes. Concluiu-se que as “mulheres sentem-se profundamente desrespeitadas e violentadas dentro e fora da prisão”.

“Políticas Públicas para mulheres encarceradas”, foi o título da dissertação de Mestrado, de Mancuso (2009), localizado no BDTD/USP. O autor retoma sobre a ordem inquisitorial e o poder punitivo organizado inicialmente sob uma visão misógina e posteriormente, na modernidade, sobre o pacto político e a sociedade industrial que afastava as mulheres da vida pública, lhe negando o direito à palavra e ao próprio corpo. Sobre as novas formas de coerção, de normalizar e vigiar, dando espaço para um novo valor ao corpo (útil e dócil) e assim surge a expansão do modelo carcerário no mundo ocidental.

Mancuso (2009), cita que na contemporaneidade, apesar dos discursos de direito penal máximo clamar por mais poder punitivo, o direito penal oxigenado e influenciado por outras áreas do saber e interdisciplinar, propõe ao saber penal a redução do poder punitivo (não a sua extinção) em direção ao estado democrático de direito e da redução do estado de polícia. O autor remete às questões de gênero, as teorias criminológicas feministas e o paradigma dos direitos humanos, que nos orientam à compreensão das tendências das mulheres (taxas elevadas de encarceramento, pequenos delitos de tráfico em decorrência da pobreza). E nos questiona: “Como as teorias de direitos humanos e feministas podem contribuir na construção



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

de políticas públicas para mulheres encarceradas?”. Diversas categorias são suscitadas nesta publicação “Gênero e Direitos Humanos Violados”.

LEGISLAÇÕES E RECORTES HISTÓRICOS

No BDTD/USP, localizamos a dissertação de Mestrado de Artur (2011), que discorre sobre as origens do “Presídio de mulheres” do Estado de São Paulo. Trazendo subsídios para fundamentar a categoria “Legislações e Recortes Históricos”, quando rememora que o novo Código Penal entra em vigor em 1942 e com ele a primeira diretriz legislativa para separar fisicamente homens de mulheres, no interior das Unidades Prisionais foi estabelecida. Segundo Artur (2011), neste novo Código, versa no Art. 29º, em seu parágrafo 2º, que: “as mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em seção adequada de penitenciária ou prisão comum”. Assim, em cumprimento à determinação, inaugura-se nos terrenos da penitenciária do Estado, o Presídio de Mulheres, outrora sob os cuidados das freiras da Congregação do Bom Pastor d’Angers.

SIGNIFICADO E RESILÊNCIA

Lima *et al.* (2013), escreveram na Revista Saúde em Debate, localizado no SCIELO, um artigo que buscou os significados do encarceramento e as estratégias de enfrentamento com foco na resiliência dentro da dinâmica prisional. Dois tópicos se destacam: as falas das internas revelam a prisão enquanto processo de “mutilação do eu” e a necessidade da prisão substituir o caráter punitivo e proporcionar cuidados especializados à mulher encarcerada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste interím (1994 a 2014), podemos refletir se o que foi destaque na mídia sobre o cenário prisional brasileiro pode de certa forma, fomentar publicações nesta área, uma vez que atinge a sociedade.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Segundo Salla (2006), a maior rebelião generalizada do país, com rebeliões simultâneas em vinte e nove (29) presídios do Estado de São Paulo, ocorreu no dia 18 de fevereiro de 2001, comandada via-telefone celular, por uma organização criminosa, denominada Primeiro Comando da Capital (PCC), que transformou funcionários e familiares em reféns e resultou na morte de presos. Em 2001, ocorreu a maior rebelião já registrada na história do Brasil. A mídia acompanhou e divulgou incansavelmente, dando visibilidade ao marco histórico. Logo notamos que se entre 1994 e 1998 não houve publicações sobre temáticas que envolvessem o sistema prisional, nestes bancos de dados, esta realidade é alterada entre 1999 a 2003.

Vimos em destaque que entre 2009 e 2014, aumentou o número de publicações nesta área. Em 2009, ocorria a divulgação do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cuja constituição se deu com o intuito de investigar a realidade do Sistema Carcerário Brasileiro, disponível na Biblioteca Digital da Câmara, consta com 615 páginas repletas de denúncias e destaques para a superlotação das Unidades Prisionais, custos econômicos e sociais utilizados nestes presídios; relatos de presos(as) que permaneciam detidos(as) mesmo com suas reprimendas cumpridas, violências diversas dentro dos estabelecimentos penais, casos de corrupção, facções criminosas e suas infiltrações nos presídios e propostas para colocar em prática o que rege a Lei de Execução Penal (LEP). Mais uma vez, logo após a publicização do caos no Sistema Penitenciário Brasileiro, surgem novas publicações científicas.

A maioria das publicações visa retratar a realidade da mulher encarcerada, porém poucas se propõem a dar “voz” a esta mulher, e as publicações que se propõe, o faz com a mulher encarcerada e não com a mulher egressa (pós-cárcere), como pretendíamos encontrar.

Nosso intuito era encontrarmos a mulher egressa do sistema prisional em sua totalidade, com base em Vygotsky que visa aprofundar seus estudos numa Psicologia voltada



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

para o ser humano como um todo e não fragmentado, que considera o histórico e o social num movimento dialético para o desenvolvimento humano.

Vygotsky (1984), destaca que o desenvolvimento humano se entrelaça às questões históricas, ou seja, o indivíduo transforma o mundo, mas também é transformado pelo meio, caracterizando assim a dialética do desenvolvimento humano.

Foram analisados, ao todo, dez (10) artigos do portal SCIELO e dez (10) estudos no BDTD/USP, entre dissertações e teses, através de resumos.

Nos resumos dos estudos encontrados, identificamos que não existe clareza e objetivos no enunciado do objeto, método e referencial teórico, dificultando a análise.

É expressiva a quantidade de artigos encontrados na área da Educação, Saúde e Sociologia, o que alerta a Psicologia a refletir sobre sua responsabilidade social e inserção nos estudos desta área tão crescente e real, mas infelizmente tão negligenciada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARTUR, Angela Teixeira. As origens do "Presídio de mulheres" do estado de São Paulo. 2011. **Dissertação (Mestrado em História Social)** - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31052012-163121/>>. Acesso em: 2014-12-23.

BRAUNSTEIN, Hélio Roberto. Mulher encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência. 2007. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19042007-163930/>>. acesso em: 2015-03-27.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário**. Brasília, 2009. (Série ação parlamentar n. 384) Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2701#> Acesso em: 10 jan. 2015

CHIES, Luiz Antônio Bogo. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 13, jun. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000100014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222005000100014>.

COSTA, Cléria Botelho. Sob o signo da subjetividade: o conflito de interpretações. In: PEDRO, J.M. et. al. (orgs.) **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2011. p. 243-264.

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. **Ministério da Justiça**. Relatório da Situação Atual do Sistema Penitenciário. Mulher presa e egressa. Plano Diretor do Sistema Penitenciário. Meta 22 - Mulher Presa e Egressa. Maio, 2008. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/data/pages-mje7cd> >. Acesso em 22 mar. 2015.

GIORDANI, Anney Tojeiro; BUENO, Sônia Maria Villela. **Cicatrizes corporais em mulheres detentas vítimas de violência física e a vulnerabilidade às DST-AIDS**. (2002). Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/tycho/ProducaoAcademicaIntellectualPessoaProducao?codigoPublico=C7A0B75A6A5C&nivelFiltroProducao=1&anoProducao=2002&nomePessoa=Sonia%20Maria%20Villela%20Bueno&nivelProducaoClicado=1>. Acesso em: 2015-03-27.

GUEDES, Marcela Ataíde. Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 558-569, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000400004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932006000400004>.

LIMA, Gigliola Marcos Bernardo de et al. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 446-456, Set. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300008&lng=en&nrm=iso>. acessos em 23 mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300008>.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

MANCUSO, Juliana Novaes. Políticas públicas para mulheres encarceradas. (2009).

Dissertação (Mestrado) - Código: 343.914(043) M237p DPC/DPM. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2009.

MONTENEGRO, Manuel Carlos. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Ministério da Justiça** – Notícias. População carcerária feminina aumenta 42% nos últimos cinco anos, Brasília, 20 de agosto de 2013. Disponível em:

<<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/25998-populacao-carceraria-feminina-aumenta-42-nos-ultimos-cinco-anos#ad-image-0>>, Acessos em 20 mar. 2015.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, dez. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 mar. 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200011>.

SETTI, Ricardo. Um espanto: em cinco anos, aumentou mais de 400% o número de crimes cometidos por mulheres. São Paulo: **Veja on-line**, n.p. 2012. Disponível em: Acesso em: 23 mar. 2015. <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/mulheres-criminosas/>

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo, SP. Martins Fontes, 1984.